

A situação da violência doméstica durante a pandemia de covid-19: estudo quantitativo na cidade de Bauru-SP

The situation of domestic violence during the covid-19 pandemic: a quantitative study in the city of Bauru-SP

La situación de la violencia doméstica durante la pandemia de covid-19: un estudio cuantitativo en la ciudad de Bauru-SP

Tamara de Souza Brandão Guaraldo^{1, a}

tamara.guaraldo@unesp.br | <https://orcid.org/0000-0001-7925-2021>

Célia Retz Godoy dos Santos^{2, b}

celia.retz@unesp.br | <https://orcid.org/0000-0003-4473-8122>

¹ Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Marília, SP, Brasil.

² Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia. Bauru, SP, Brasil.

^a Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista.

^b Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista.

RESUMO

Este artigo é parte do relatório de pesquisa de opinião, quantitativa, executada pela Unesp em parceria com o Conselho Municipal de Políticas para Mulheres, de Bauru-SP, sobre a violência doméstica, de junho a agosto de 2020. A investigação não probabilística, de caráter descritivo, teve como método de coleta de dados o questionário on-line. Seu objetivo foi levantar opiniões de mulheres, de modo a oferecer parâmetros para subsidiar ações de comunicação e publicitação dos serviços promovidos pela Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher nessa cidade. Seus resultados constituíram um insumo fundamental para a divulgação de direitos, leis, medidas protetivas, campanhas e informativos de prevenção, e de visibilidade aos serviços dessa Rede. Eles permitiram orientar estratégias de comunicação balizadas na opinião da comunidade, adequadas às demandas e às necessidades de cada região observada na pesquisa, que possibilitaram monitorar e avaliar a Rede de Enfrentamento.

Palavras-chave: Enquete; Questionários; Gestão da informação; Comunicação em saúde; Violência contra a mulher.

ABSTRACT

This article is part of a report based on a survey carried out by Unesp in partnership with the Municipal Council of Policies for Women, Bauru-SP on domestic violence, from June to August 2020. The non-probabilistic research, of descriptive nature, used the online questionnaire to collect data. The survey was conducted to find out woman opinions, in order to offer parameters to support communication and publicity actions for the service provided by a network for combating violence against women in that city. Its results

generated fundamental information for dissemination of rights, laws, protective measures, campaigns and prevention, among other ways of giving visibility to the service provided by that network. They made possible to plan communication strategies based on the community opinion, appropriate to demands and peculiar needs for each region approached by the survey, which enabled to monitor and evaluate that network.

Keywords: Survey; Questionnaires; Information management; Health communication; Violence against women.

RESUMEN

Este artículo es parte del informe cuantitativo de encuesta de opinión realizada por la Unesp en alianza con el Consejo Municipal de Políticas para Mujeres, Bauru-SP, sobre violencia intrafamiliar, desde junio hasta agosto de 2020. La investigación no probabilística, de naturaleza descriptiva, utilizó el cuestionario online para obtener datos. Su objetivo fue conocer la opinión de mujeres, con el fin de ofrecer parámetros para auxiliar acciones de comunicación y divulgar los servicios promovidos por una red de afrontamiento a la violencia contra las mujeres en aquella ciudad. Sus resultados generaron informaciones fundamentales para la difusión de derechos, leyes, medidas de protección, campañas y prevención, y visibilidad a los servicios de esa red. Permitieron orientar estrategias de comunicación basadas en la opinión de la comunidad, adecuadas a las demandas y necesidades de cada región observada en la encuesta, que posibilitaron monitorizar y evaluar aquella red.

Palabras clave: Encuesta; Cuestionarios; Gestión de la información; Comunicación en salud; Violencia contra la mujer.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Tamara de Souza Brandão Guaraldo.

Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Tamara de Souza Brandão Guaraldo e Célia Retz Godoy dos Santos.

Redação do manuscrito: Tamara de Souza Brandão Guaraldo e Célia Retz Godoy dos Santos.

Revisão crítica do conteúdo intelectual: Tamara de Souza Brandão Guaraldo e Célia Retz Godoy dos Santos.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: Projeto de Extensão “Fases da informação e comunicação em saúde: atendimento à mulher em situação de violência na cidade de Bauru-SP”, da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura da Unesp (PROEC).

Considerações éticas: não há.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: ao Conselho Municipal de Políticas para Mulheres de Bauru-SP.

Histórico do artigo: submetido: 8 mar. 2022 | aceito: 21 jul. 2023 | publicado: 29 set. 2023.

Apresentação anterior: não há.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é apresentar a pesquisa de opinião como estratégia para o estabelecimento de diálogos - comunicação e mediação de interesses - com as mulheres de Bauru, município do interior do estado de São Paulo. Parte-se do pressuposto de que obter dados, opiniões e percentuais adquiridos em um recorte sociodemográfico da população é crucial para se conseguir respostas sobre um tema (neste caso, a violência doméstica), descrever de maneira factual os resultados e *insights*, assim como descobrir os comportamentos e problemas para entender a dimensão deles na sociedade. Pesquisas como essas são espaços com potencial conclusivo, para fornecer informações numéricas sobre o cidadão, gerando métricas precisas que se baseiam em uma amostra determinada, podendo inclusive ser replicadas para o universo estudado como um todo.

No que se refere ao tema da violência contra a mulher durante a pandemia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) juntamente com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) têm se pronunciado dizendo que essa é uma **pandemia sombria**, devido aos inúmeros impactos do aumento de todo tipo de violência relatada contra mulheres e meninas (Opas, 2021). Vale esclarecer ainda que, dentre as diversas responsabilidades do Estado, está a de dar acesso às informações públicas, disponibilizando-as em formato aberto, acessível, com linguagem clara e passível de ser compreendida pelas pessoas interessadas. No Brasil, a regulamentação do direito à informação se dá pela Lei de Acesso à Informação, a chamada LAI (Lei nº 12.527, de 2011), a qual determina em seu artigo 3º, inciso II “II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” (Brasil, 2011).

Observa-se, no entanto, que existe uma grande dificuldade para disponibilizar as informações sobre os serviços públicos, por falta de dados estatísticos sobre o uso e a avaliação destes e, ainda, pelo expressivo desconhecimento da caracterização e do perfil dos usuários e de suas demandas, devido à carência de consultas populares. Verifica-se, então, que o sistema social necessita de procedimentos para medir e avaliar as opiniões, os valores, o comportamento das audiências, os efeitos nas atitudes dos atores coletivos e os interesses individuais ou grupais. Daí a importância das pesquisas de opinião para o aperfeiçoamento da sociedade, já que por meio delas se perscrutam aspectos da realidade social tendo como fonte os indivíduos.

No que tange à violência contra a mulher, dados recentes, confiáveis e acessíveis são imprescindíveis, não apenas para dimensionar o fenômeno, formular, monitorar e avaliar as políticas públicas, mas como meio de o Estado cumprir o seu dever de prestar a devida atenção a grupos vulneráveis em nossa sociedade. A pesquisa de opinião é um instrumento que pode fazer a ponte entre a população e o governo, por exemplo, para saber em que região devem ser instalados os aparelhos públicos de acolhimento às vítimas, que tipos de serviços são necessários em determinado local, quais as incidências e violências sofridas, que acesso as mulheres têm às informações públicas, enfim, são dados poderosos (por sexo, gênero, classe, raça/cor, local de moradia) relacionados à vida dessas pessoas, à sua saúde, aos seus direitos, às suas condições de trabalho e a outras questões essenciais para auxiliar o combate à desigualdade de gênero.

Ademais, a transparência em relação às informações envolve a veracidade, a temporalidade (importância de estarem disponíveis antes da tomada de decisão), a qualidade das fontes (que devem ser em um formato que as pessoas consigam entender) e a dialogicidade, que tem a ver com o diálogo, isto é, falar (dar visibilidade aos direitos), mas escutar também: via pesquisas.

Nesse sentido, a pesquisa de opinião, do tipo *survey*, especialmente junto aos grupos sociais vulneráveis e marginalizados, incluindo o das mulheres, é crucial quando se deseja responder questões que expressem opiniões, e para indicar a melhor forma de distribuir a informação, indispensável para o exercício da cidadania, para a participação mais ativa na vida pública e para o monitoramento do trabalho do governo. Por isso, as contribuições dos levantamentos de opinião junto à população são inúmeras: servem para

aproximar cidadãos de seus representantes; descobrir como se enxerga um determinado problema; levantar os conhecimentos, as crenças e dificuldades dos diferentes segmentos de público; trazer dados e estatísticas mais atualizadas sobre o perfil do grupo consultado; em resumo, fornecer subsídios para auxiliar a comunicação entre todos (Babbie, 2001). Incluem-se neste rol os agentes públicos das diversas redes de enfrentamento que, a partir dos resultados, podem monitorar os serviços em termos de qualidade, adequação de programas e de políticas públicas.

Em termos gerais, são muitos os argumentos que enfatizam as vantagens das pesquisas de opinião para o estabelecimento de uma melhor comunicação com os cidadãos, enfatizando as ações de seu empoderamento e a ampliação de sua conscientização, visto que, ao lhes perguntar sobre seus direitos, pode-se induzi-los ao autoconhecimento. Por exemplo, muitas mulheres sequer sabem que podem buscar e demandar informações de interesse público, e que existem programas que as protegem da violência doméstica, ou mesmo onde recorrer em caso de agressão. Ao serem indagadas sobre isso, percebem que eles existem, além de fornecerem dados sobre o seu desconhecimento anterior, possibilitando ampliar essa comunicação.

Por isso, o objetivo da pesquisa aqui apresentada foi levantar dados sobre a violência doméstica no período de junho a agosto de 2020, em pleno isolamento social provocado pela pandemia da covid-19, perscrutando a opinião das mulheres residentes na zona urbana de Bauru - SP. Buscou-se mapear, nas diferentes áreas da cidade, a percepção que elas têm sobre o assunto, para subsidiar as futuras ações comunicacionais do projeto de extensão universitária Faces da Informação e Comunicação em Saúde, que é vinculado à Universidade Estadual Paulista (Unesp).

A demanda se originou no Conselho Municipal de Políticas para Mulheres (CMPM), que percebeu a falta de dados atualizados, locais e regionais sobre essa problemática social no período da pandemia e, ao mesmo tempo, a carência de fontes fidedignas, estatísticas oficiais mais amplas, além da necessidade de se verificar o conhecimento das mulheres sobre os serviços oferecidos pela Rede de Enfrentamento na cidade.

CONTEXTO DA PESQUISA

Pelos diversos motivos mencionados, optou-se pela pesquisa de opinião. O foco de ação foi circunscrito à zona urbana do município de Bauru, localizado na região centro-oeste do estado de São Paulo, que segundo estimativa de 2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com 374.272 habitantes, sendo o 18º município mais populoso daquele estado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017). Foi realizada uma pesquisa quantitativa de caráter descritivo, por meio de questionários aplicados *on-line*, devido ao isolamento imposto no período, que se relata a seguir.

Com a finalidade de gerar informações até então ocultas sobre a violência e a pandemia na percepção de mulheres, optou-se pela pesquisa de opinião. Foi realizada uma pesquisa quantitativa de caráter descritivo, por meio de questionários aplicados *on-line*, devido ao isolamento imposto no período. O foco de ação foi circunscrito à zona urbana do município de Bauru, localizado na região centro-oeste do estado de São Paulo, que segundo estimativa de 2018, realizada pelo IBGE, conta com 374.272 habitantes, sendo o 18º município mais populoso daquele estado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017).

Apesquisa ocorreu após os primeiros meses da covid-19, quando a OMS optou por indicar o distanciamento social como uma das principais medidas de contenção do avanço da doença. A subnotificação da violência ou a dificuldade de denunciar a agressão, naquela época era evidente. De acordo com um levantamento de 2019 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 43,1% dos casos de violência contra mulher são cometidos dentro de casa (Cerqueira; De Moura; Izumino, 2019). Na pandemia, muitas mulheres foram obrigadas a conviver com seus agressores, tornando o lar um local propício para o desenvolvimento das agressões. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) também evidenciou que o fenômeno da violência contra a mulher no período de pandemia no Brasil foi ampliado, pois muitas delas, ao permanecerem

isoladas ao lado do próprio agressor, viveram relacionamentos abusivos sem mecanismos para efetivar a denúncia, por conta de motivos como, por exemplo, o monitoramento de seus celulares pelo parceiro. Daí a queda no índice de concessão de medidas protetivas concedidas às mulheres pela justiça no ano de 2020, que registrou 37,9% menos em comparação com o mesmo período de 2019 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

É importante salientar que a pesquisa abordou o tema da violência contra a mulher, aqui entendida como toda e qualquer ação que fere sua dignidade e sua integridade física ou psicológica (Machado, 2019). Para Oliveira e Onuma (2020) a violência doméstica e familiar contra a mulher é:

[...] um problema pré-existente, considerado questão de saúde pública que, devido à sua complexidade impõe riscos não somente à pessoa atingida, mas, também, para a sociedade. Além disso, ocorre em todo o mundo, independentemente do nível social, econômico ou grau de instrução formal das pessoas. E, apesar dos esforços de conscientização da população e da construção de redes de saúde e segurança para lidar com estes casos, crimes de violência doméstica continuam acontecendo, com reflexos terríveis, perceptíveis pelos números de feminicídio.

Dados oficiais sobre os primeiros dias de isolamento social, em março de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, indicavam que houve uma queda nos índices de crimes que exigem presença da vítima para registro. Contudo, o número de atendimentos a casos de violência doméstica realizados pela Polícia Militar (PM) neste período cresceu 44,9%, assim como a taxa de feminicídios (46,2%) no estado de São Paulo e em mais seis estados brasileiros. A taxa de feminicídio no estado subiu de três ao mês, em 2019, para seis em 2020 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

Esses dados escancararam um forte problema acirrado pela pandemia: a violência oculta. Além de colocar mais mulheres em risco, ainda ameaçou os avanços dos esforços de muitas instituições para diminuir os casos de violência doméstica e aumentar o amparo às mulheres, evidenciando um possível retrocesso.

A DEMANDA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES

A solicitação dessa pesquisa, como mencionado, foi feita pelo CMPM, que percebeu a necessidade de obter mais dados sobre essa população de mulheres, no que se refere às suas demandas e dificuldades, a fim de subsidiar estratégias para otimizar a gestão da informação e contribuir para maior equidade de gênero, fortalecendo as ações e os serviços prestados pela Rede de Enfrentamento na cidade. O CMPM teve como parâmetro dados que corroboraram a percepção de que a violência estava presente, porém encoberta pelos obstáculos para denunciá-las, devido ao isolamento social. Por exemplo, no início da pandemia da covid-19, a Prefeitura de Bauru registrou, no período de 24 de março a 22 de maio de 2020, uma queda de 73% nos atendimentos oferecidos a mulheres vítimas de violência pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em comparação ao mesmo período do ano de 2019. Os números demonstraram um atendimento de oito mulheres no período, se contrapondo a trinta que foram atendidas em 2019 (Bauru, 2020).

Assim, apesar dos índices de queda na notificação de violência no município, o CMPM vinha recebendo um aumento de queixas, o que levou as conselheiras a se mobilizarem para buscar informações mais confiáveis sobre a situação. E a parceria foi estabelecida. A partir do projeto de extensão Faces da Informação e Comunicação em Saúde da Unesp, o desafio de realizar a pesquisa de opinião foi aceito. O objetivo foi coletar informações entre as mulheres e organizá-las para disseminação em todos os órgãos públicos envolvidos na Rede de Enfrentamento, a fim de que pudessem atuar com a comunicação sobre os serviços e ações disponibilizadas pelo estado.

Vale aqui um aparte para discorrer sobre o CMPM, que é um órgão consultivo e deliberativo, composto pela sociedade civil e por representantes da Rede de Enfrentamento com o objetivo de “[...] sensibilizar,

mobilizar, implementar e divulgar ações em torno das políticas públicas com vistas à garantia dos direitos das mulheres” (Silva, 2019, p. 4-5), criado pela Lei Municipal nº 3.558, de 1993 e reestruturado pela Lei Municipal nº 6.494, de 2014.

Ademais, a pesquisa de opinião quantitativa (*survey*) é usada em situações nas quais se pretende validar uma hipótese (Babbie, 2001). Ela visa coletar fatos, opiniões e informações perscrutadas de um determinado grupo de pessoas reais que dão significado aos números e uma ampla gama de estatísticas que trazem uma base sólida para a tomada de decisão. Portanto, buscar informações que possam servir para a prevenção, para o subsídio de políticas e a tomada de decisão para a saúde das mulheres no contexto local é primordial, pois o enfrentamento desses desafios no âmbito regional precisa ter como base informações confiáveis, que sustentem e direcionem as ações (Souza, 2008).

Do mesmo modo, a inter-relação entre pesquisa, informação, comunicação e saúde se faz necessária em um sentido amplo, seja para informar a população sobre seus direitos aos serviços disponíveis, como também para trazer dados sobre ela e seu modo de vida para que o Estado possa arquitetar serviços e políticas adequadas. A Organização das Nações Unidas (ONU), já desde 1997, estabelece uma inegável conexão entre o combate à discriminação de gênero e o acesso às informações, que influenciam a capacidade das mulheres exercerem seus direitos de liberdade, de expressão, participação e atuação na sociedade (Organização das Nações Unidas, 2015).

ASPECTOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Como dito, a pesquisa de opinião de caráter quantitativo realizada teve o objetivo de descrever o perfil das respondentes em relação a algumas de suas características, como: gênero, faixa etária, local de moradia, número de filhos, estado civil, como se informam, renda familiar dentre outras variáveis, além de questões avaliativas para detectar a percepção e o conhecimento das mulheres sobre violência doméstica, especialmente, no período de isolamento social durante a fase laranja da pandemia de covid-19, tendo em vista a falta de informações e o agravamento da situação das famílias durante a reclusão. A coleta de dados foi feita por meio de um questionário *on-line* com perguntas de múltipla escolha, avaliativas (com escalas de concordância) e abertas (Babbie, 2001); essas últimas permitiram que as respondentes utilizassem suas próprias palavras e experiências para preencherem o formulário na plataforma Google.

A amostra não probabilística foi construída a partir das respondentes voluntárias que tiveram acesso ao formulário por meio das redes sociais e de grupos de WhatsApp socializados pelos agentes da Rede de Enfrentamento, pelas conselheiras do CMPM e instituições que apoiaram a pesquisa, assim como, via impulsionamentos realizados pela equipe do projeto de extensão.

No período de julho a agosto de 2020, em que o questionário esteve aberto para a coleta de dados, o número de respondentes chegou a 654. E, para garantir a representatividade desta amostra, estabeleceu-se uma cota para cada região da cidade – separada geograficamente em quatro áreas amplas, com contiguidade física, agrupando-se os bairros em zonas ou setores, conforme o plano diretor da cidade: 1) Central e Sul (consideradas as áreas mais nobres da cidade); 2) Leste e Sudeste (compostas por classes média alta, média e média baixa); 3) Norte, Nordeste e Noroeste (áreas de classe econômica mais vulnerável); e 4) Sudoeste e Oeste (mistura de bairros populares e de classe média baixa).

Vale destacar que, para um universo de mais de cem mil mulheres (como é o caso de Bauru) e uma confiabilidade de 95,5%, o erro estimado foi de mais ou menos 5% no resultado geral, ampliando para 10% nos resultados fracionados por região, utilizado para estabelecer um comparativo entre elas, dadas suas características e especificidades.

O instrumento de coleta foi elaborado pela equipe da Unesp em parceria com o CMPM e contou com perguntas relativas à autorização das respondentes para a divulgação dos dados, bem como de

uma declaração de interesse em participar da investigação, abordando o perfil das respondentes (faixa etária, estado civil, filhos, bairro ou área de moradia, escolaridade); os meios de comunicação pelos quais as pessoas se informam no seu cotidiano e algumas perspectivas sobre a violência doméstica; além das questões avaliativas sobre o nível de concordância com algumas frases e situações que envolvem a violência contra as mulheres.

Após o pré-teste e alguns ajustes, o questionário foi disponibilizado em um *link* para ser respondido de maneira anônima e o trabalho de campo foi acompanhado a partir das cotas determinadas para cada região, impulsionando sua divulgação na mídia local e uma comunicação dirigida via influenciadores digitais, páginas no Instagram e contatos telefônicos com presidentes de Associação de bairros e líderes de igrejas, a fim de conseguir a amostra estipulada para cada bairro, de acordo com a densidade populacional da área.

Vale esclarecer que, mesmo com esses cuidados voltados para a representatividade da amostra, além do viés promovido pela seleção voluntária, contribuiu para limitá-la, a coleta *on-line*, que restringe a participação apenas às mulheres com acesso à internet. Portanto, é difícil estimar o impacto do viés de participação voluntária e da direção de seus efeitos nos resultados, tendo em vista que as voluntárias tendem a ter maior nível de educação, a ser de classes sociais mais altas e a participar de forma mais entusiasta dos estudos sociais. Por isso, a probabilidade de ocorrer o viés de participação voluntária no ambiente *on-line* aumenta; no entanto, é mais fácil garantir o anonimato e a confidencialidade das participantes via internet, o que é essencial para aumentar a participação das pessoas.

Assim, após obtidas as informações mediante o formulário disponibilizado na plataforma Google, foi feita a transferência dos dados para uma planilha no programa Excel. Essa teve tratamento categorial para padronização da grafia das respostas abertas, que foram organizadas em termos de proximidade de campos de sentidos, criando-se nuvens de palavras das respostas das participantes. A partir dessas estratégias, foram formuladas categorias que nos permitiram traçar um panorama social de como o público feminino tem se informado sobre os temas de violência de gênero.

Ao fazer uma pesquisa, estamos organizando informações já existentes, porém, que se encontram soltas, desordenadas, o que as tornam sem sentido, sem utilidade para a compreensão dos acontecimentos, denominados fenômenos na ciência. Para fazer isso, é importante seguir uma metodologia, pois, caso contrário, perdemos tempo, porque tomamos o caminho mais longo, não avaliamos devidamente os aspectos envolvidos no processo, o que nos leva a resultados imprecisos e inconclusivos (Tondato, 2007, p. 67).

Considerando as fases, referentes ao processo de gestão da informação de Davenport (1997), pode-se dizer que pesquisa de opinião tem similaridade com este procedimento que inclui: determinação de requisitos referentes aos objetivos e às demandas a serem cumpridas; captura de informação, o que aconteceu desde a elaboração dos formulários até o acesso das mulheres a eles; divulgação das informações sobre a pesquisa nas mídias e entre os membros da Rede de Enfrentamento; tabulação e avaliação dos resultados; e novamente, distribuição das informações e seu uso nas estratégias escolhidas (Affonso *et al.*, 2018).

Apesar da complexidade da relação entre conhecimento, informação e dados abordada pelo autor e de sua resistência em fazer distinções entre os termos, observa-se que a pesquisa de opinião traz **dados** (simples observações sobre o estado de determinada realidade) que, quando dotados de relevância e propósito se transformam em **informações** valiosas que, aliadas à mente humana, incluem reflexão, síntese e **conhecimento** (mistura fluida de experiência condensada, valores, contextos e *insight* experimentado).

Assim, esses dados transferidos de forma estruturada aos agentes da Rede de Enfrentamento são essenciais para o desenvolvimento de estratégias específicas e de suporte para decisões mais acertadas aos públicos de interesse.

RESULTADOS E ANÁLISE

Nesta seção, apresentam-se os resultados da pesquisa de opinião em pauta. A análise descritiva serviu para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes do conjunto de características observadas nas quatro diferentes regiões e comparar os dados. Foram utilizados métodos de estatística e ferramentas, como gráficos, infográficos e tabelas, além de medidas de síntese, como porcentagens e médias. Mesmo que se percam informações, ao condensar os resultados, especialmente das questões abertas, uma vez que as observações originais deixam de ser visíveis, essas medidas quantitativas são essenciais pela clareza de interpretação proporcionada.

Deste modo, quase todas as questões foram analisadas pelo cruzamento da variável região com as alternativas das questões, exceto algumas delas que contavam com mais de uma variável e que foram analisadas a partir da frequência simples. No processo de tabulação houve recontagem das células defeituosas e filtragem de respondentes que não finalizaram o questionário, não aceitaram participar ou, ainda, que não eram do município de Bauru, o que resultou em 654 respostas válidas e não as 719 encontradas inicialmente no banco de dados do *Google Forms*.

Perfil da amostra

No infográfico da Figura 1, observa-se o percentual de amostra de cada região, sendo que Central e Sul (setor 1) obtiveram o maior índice de amostras (27%) enquanto o menor foi o da região Norte, Nordeste e Noroeste (setor 3) com 15%. Nota-se que 94% das respondentes se identificaram como mulheres, sendo este o público preferencial do estudo, o que justifica o uso do feminino nas referências à população participante. Em relação à faixa etária, a incidência maior foi de jovens respondentes: nos resultados gerais, 60% das participantes tinham menos de quarenta anos (somatória da faixa etária de 15 a 21 com a de 22 a 40), provavelmente pelo maior acesso e facilidade para o uso das tecnologias digitais.

Vemos que 83% das respondentes se declaram brancas, e cabe destacar que o maior índice de “pardos e pretos” encontram-se nos setores 3 (Norte, Nordeste e Noroeste) e 4 (Sudoeste e Oeste), respectivamente, que nos resultados gerais somam 17%.

Em relação à renda familiar, a menor delas (até um salário-mínimo) teve um percentual mais expressivo nos setores 3 e 4, se contrapondo ao setor 1 (Central e Sul), cuja renda ficou na faixa de mais de dez salários-mínimos. Nos resultados gerais, vemos que o maior percentual ficou na faixa de 3 a 5 salários-mínimos, recebidos por 30% das respondentes. Vale ressaltar que, no setor 3 (Norte, Nordeste e Noroeste), houve muita dificuldade de atingir a cota predeterminada para a amostra, o que exigiu esforços das pesquisadoras, de modo a se obter a quantidade necessária para sua representatividade no universo; foi exigida uma atenção especial via contatos telefônicos com lideranças religiosas e com as associações de bairros para a divulgação do questionário (Figura 1).

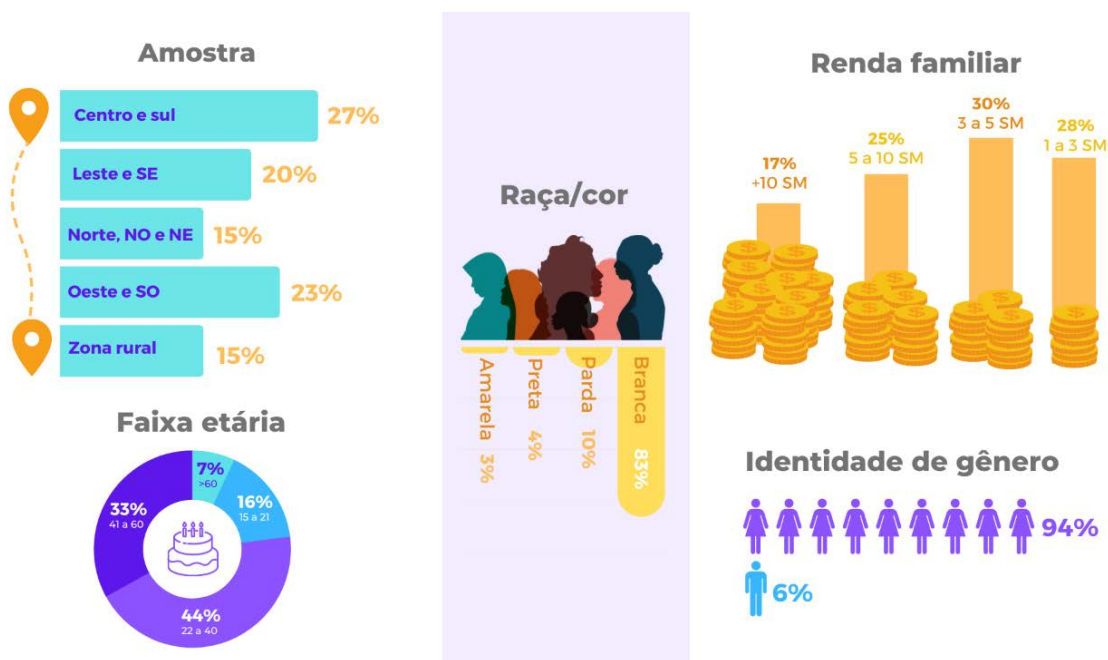


Figura 1 – Infográfico sobre o perfil das respondentes
Fonte: Elaborada pelas autoras.

Sobre os meios de comunicação mais utilizados para se informar, vemos que 57% disseram ser o Google; 49% apontaram as redes sociais; 38% a televisão e 10% o rádio, além de outros meios. Nesta questão, as respondentes indicaram mais de um meio; por isso, o percentual extrapola os 100% - em média, cada participante marcou no formulário 1,5 opções, conforme ilustra a Figura 2:

Meios de comunicação

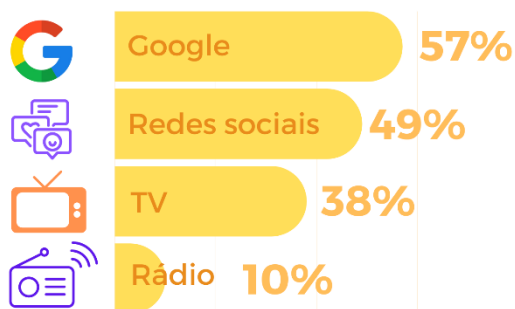


Figura 2 – Meios de comunicação mais utilizados
Fonte: Elaborada pelas autoras.

Ainda comentando sobre a comunicação, vemos que a maioria das respondentes declarou que “ficou mais difícil notificar” uma agressão em tempos de pandemia (31% no resultado geral); essa dificuldade predominou no setor 2, cujo índice alcançou 40% (Figura 3).

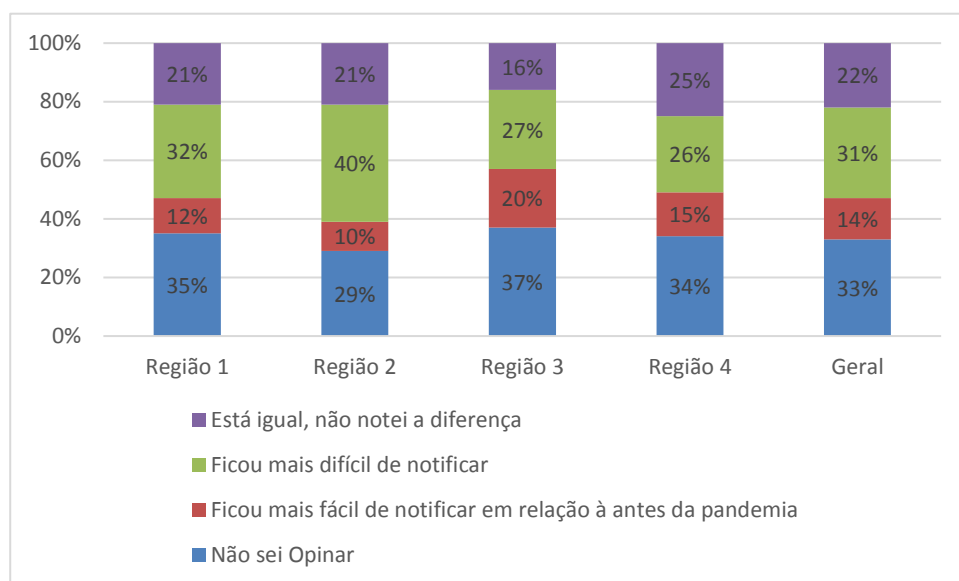


Figura 3 – Dificuldade para notificar casos de violência de gênero
Fonte: Elaborada pelas autoras.

Outra situação a se comentar é sobre o principal provedor da renda familiar: somente 34% das respondentes desempenham esse papel. A somatória das alternativas “parceiro” (28%), “pais” (25%) e “filhos” (1%) atinge 54% delas. Isso indica dependência financeira da maioria das mulheres. Por outro lado, é possível verificar que, mesmo que na sociedade atual elas tenham salários inferiores aos dos homens, 34% delas se declararam arrimo de família. Segundo o Ministério Público de São Paulo, a dependência financeira é o principal motivo do silêncio da mulher em situação de violência: uma em cada quatro vítimas não abandona ou denuncia o agressor porque depende dele financeiramente. Também se nota expressivo percentual de dependência dos pais – talvez pelos dados terem sido coletados *on-line*, privilegiando a faixa etária dos mais jovens que têm acesso à internet –, mesmo tendo em vista que só 16% das respondentes tenham se declarado menores de 21 anos.

Outro fator que agrava a dependência da mulher tem relação com os cuidados dedicados aos filhos. Vimos, nesta pesquisa, que 54% não têm filhos e as 46% que são mães moram com os seus e os sustentam; essa última situação é mais expressiva nos setores 1 e 4.

Percepção da violência e meios de informação

A crise desencadeada pela pandemia de covid-19, apesar de ser de saúde pública, tem consequências em diferentes esferas sociais, mostrando imbricações em diversas dimensões como, por exemplo, na percepção da violência de gênero. Em uma das questões, para avaliar como as respondentes observam essas situações de conflitos domésticos, solicitou-se que apontassem se eles aumentaram, permaneceram iguais ou diminuíram durante a pandemia. As respostas a tal questão, que envolve a percepção de comparações de situações de violência - antes e durante o isolamento – mostram que houve um crescimento de xingamentos e discussões de 27% para 30%; imposições e ameaças de 12% para 15%; e de agressões físicas de 5% para 7%, evidenciando a incidência da violência, inclusive da categoria de mau humor e irritabilidade, que passou de 45% para 52%.

Sobre as principais fontes de informação que as mulheres da cidade de Bauru usam para se inteirar de notícias de seu interesse, o Google aparece na liderança como meio informacional principal para a busca sobre os assuntos saúde da mulher (65% das respondentes) e direitos da mulher (57%). Em seguida, temos

as redes sociais, com preferência de 49% das mulheres. A TV também é protagonista com preferência de 49% delas, que optam por esse meio para se informar sobre saúde e 38% sobre seus direitos (Figura 4).

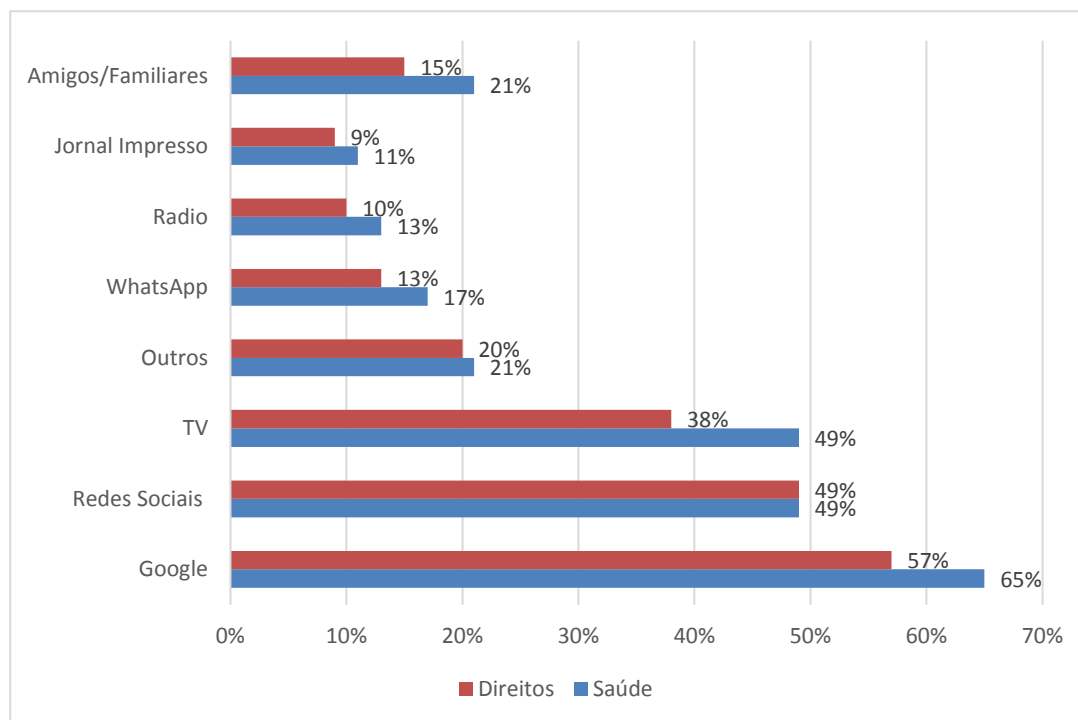


Figura 4 – Meios de se informar sobre saúde e direitos da mulher
Fonte: Elaborada pelas autoras.

Cabe observar que o acesso à informação pública, que se refere a qualquer tipo de dado ou registro em poder de órgãos ou agentes do Estado e de empresas que prestam serviço público ou que explorem um bem de domínio público tem muito poucas informações nas redes sociais digitais de maneira formal (disponibilizadas pelos agentes) ou na televisão.

A evolução dos recursos e a integração entre as tecnologias foi um marco significativo na história da sociedade, mas, apesar de ser natural seu uso no cotidiano das pessoas hoje, os serviços públicos ainda são insipientes na sua função política de disponibilizar informações em um formato aberto e acessível, com uma linguagem clara e passível de ser compreendida pelas pessoas interessadas.

Daí a importância dos dados desta pesquisa para direcionar a comunicação dos serviços às usuárias, cujo direito à informação está estritamente vinculado à efetivação de direitos instrumentais para combater a desigualdade de gênero, especialmente no que tange à promoção de uma vida livre de violência e de discriminação.

Ainda na Figura 4, observa-se que amigos e familiares aparecem nas respostas de 21% (sobre saúde) e de 15% (sobre os direitos) como preferidos para se informar, o que nos leva a inferir a importância de se realizar campanhas informativas para o público em geral, já que amigos são uma fonte de informação considerável quanto a esses temas. Em seguida, temos o WhatsApp (17% e 13%), rádio (13% e 10%) e jornal impresso (11% e 9%) como meio de preferência do público feminino da cidade. Cabe notar que esta questão continha variáveis de respostas múltiplas, isto é, a entrevistada podia escolher mais de uma resposta; portanto, foram em média 2,4 indicações de meios preferidos, para cada um dos assuntos: saúde e direitos. Por isso, ao somarmos os percentuais de escolha, eles excedem a cem por cento.

Muito do que se fala hoje envolve estatísticas. Por este motivo, é importante se atentar para as mídias escolhidas pelas mulheres e seus percentuais, a fim de garantir que os serviços de prevenção e resposta

à violência contra elas estejam presentes nesses canais, além de assegurar recursos orçamentários, humanos e financeiros mínimos para mantê-los ativos. Também o investimento em métodos alternativos de denúncia e de sinalização é imprescindível para diminuir os riscos que elas enfrentam, especialmente priorizando canais que mantêm o anonimato das denunciante e discretos para que sejam ouvidas sem a interferência de seus agressores. A adaptação de serviços e o uso de recursos tecnológicos e digitais, como no caso do boletim de ocorrência eletrônico ou da assistência por meio virtual e por WhatsApp, são também reivindicações detectadas na pesquisa.

A seguir, a Figura 5 apresenta a percepção de violência das respondentes nos diferentes setores, verificando-se que em todos eles indistintamente, foi apontado um aumento em relação ao período anterior à pandemia de covid-19: no resultado geral, 87% delas optaram por essa alternativa.

Como dito, a pesquisa foi aplicada na cidade de Bauru, quando esta se encontrava na fase amarela e retornava à fase laranja – que tem maiores restrições quanto à capacidade de ocupação dos espaços, horário mais reduzido do comércio (4 a 6 horas) e exigência de adoção de protocolos e padrões. Deste modo, o período de coleta de dados se deu no início da chamada Retomada Consciente no Estado de São Paulo, e em que Bauru regressava a uma fase mais restritiva do Plano São Paulo (São Paulo [Estado], 2020).

Assim, a percepção do aumento de violência pelas respondentes pôde ser posteriormente confirmada, quando os registros oficiais de notificações foram computados e divulgados, no mês subsequente. Os casos de violência registrados nas delegacias nos meses anteriores (março, abril, maio) mantiveram os índices, mas em outubro, a Justiça de Bauru divulgou um aumento de 68% na concessão de medidas protetivas em junho de 2020, que coincide com o período da coleta de dados desta pesquisa, na comparação com o mesmo período do ano anterior (Figura 5).

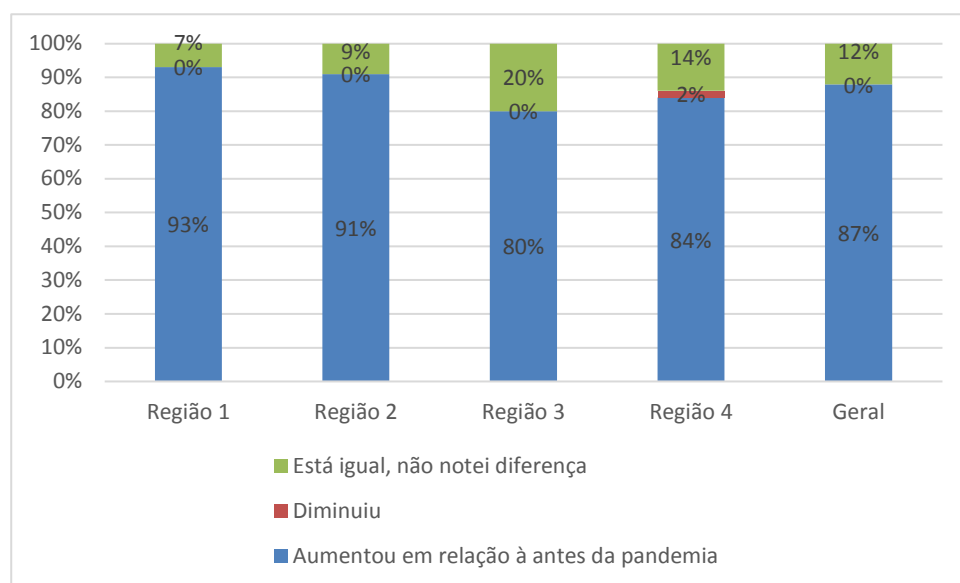


Figura 5 – Percepção da violência contra mulheres

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Ainda sobre a Figura 5, observa-se que o resultado pode ser avaliado como uma das consequências do cenário de fragilidade do período de isolamento social, que agravou essa problemática por diferentes motivos, desde estresse, risco de perda de emprego, sobrecarga do trabalho doméstico e dos cuidados com doentes, crianças e idosos, até o fato de as pessoas estarem confinadas em casa, materializando-se os efeitos na violência doméstica.

Em junho de 2019, foram concedidas 45 medidas protetivas, enquanto em junho de 2020, esse número aumentou para 76, um crescimento de mais de 68%. “No começo do período de isolamento, houve uma

redução, em abril, enquanto em maio os números foram parecidos com o do ano passado. Mas, em junho, percebeu-se um aumento considerável de medidas protetivas”, destaca a juíza Daniele M. Melo em reportagem do Jornal da Cidade de Bauru, do dia 12 de julho de 2020 (Navarro, 2020).

Quanto à veiculação de notícias sobre a violência contra a mulher, o público percebeu o aumento na divulgação desse tipo de notícia em relação ao período anterior ao da pandemia da covid-19. Foram 50% das respondentes em todos os setores que notaram esse aumento. E, também, quando se indagou sobre o acesso à notificação da violência, nos resultados gerais, 31% delas disseram que este foi dificultado pela situação da pandemia. O aumento dos casos de violência de gênero, no momento, nos ajuda a refletir sobre a efetividade dos investimentos das políticas públicas nessa área no Brasil. Estes, embora mais estruturados e orientados por uma agenda de defesa dos direitos das mulheres, têm o eixo norteador de conformação da Rede de Enfrentamento ainda pouco conhecido pela população, faltando o diálogo e a conexão entre o trabalho dos diferentes agentes e os serviços que atendem mulheres em situação de violência.

Essa rede requer o encontro dos diversos atores sociais no exercício contínuo de se pensar e avaliar as ações que são executadas, apesar de sofrer com o congelamento de gastos públicos, orçamentos reduzidos e, especialmente, com a não designação de verbas para a divulgação desses serviços, pois ela e outras redes semelhantes são ainda frágeis em termos de organização e resultados efetivos (Bevilacqua, 2020).

Quando indagadas sobre o grau de conhecimento do CPM de Bauru, somente 4% delas - no resultado geral (Figura 6) - declararam já ter tido algum contato com esse Conselho, 31% só ouviram falar e 44% nunca sequer ouviram falar dele, indicando sua fraca expressão junto às respondentes e sugerindo a necessidade de divulgação deste e dos outros serviços da Rede a fim de se tornarem conhecidos. Como se observa, a dimensão da conexão entre os serviços é também o que dá sentido às Redes de Enfrentamento à violência contra as mulheres, pois a articulação dos serviços depende dos vínculos que se estabelecem entre as pessoas e instituições que lidam com a violência.

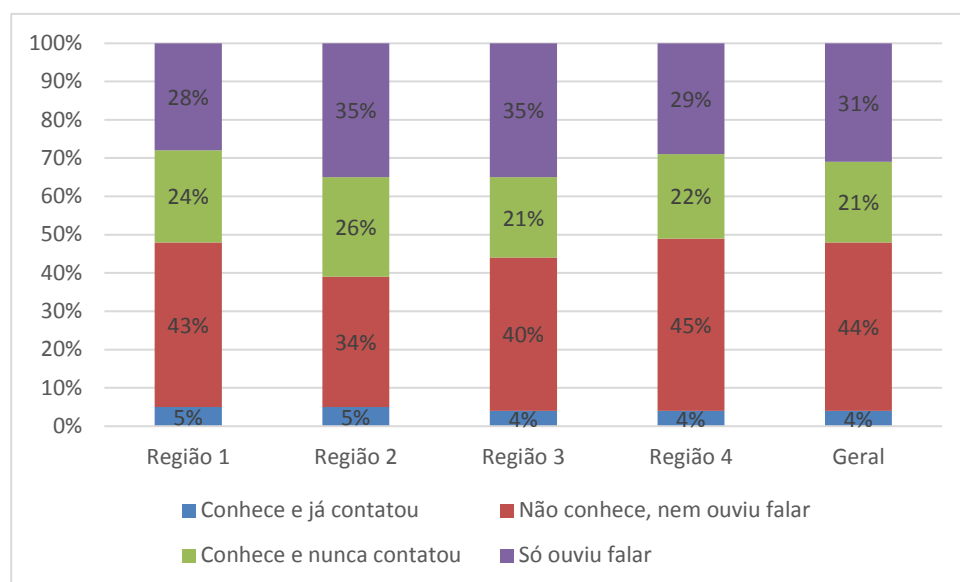


Figura 6 – Conhecimento sobre o CPM

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Assim, tal qual como a vida das mulheres vai se organizando e se viabilizando a partir das conexões que constroem e acionam ao longo de suas vidas, a existência de uma política pública comprometida com o enfrentamento da violência também se constrói, não só quando se fortalecem as Redes de Serviços, mas também pela divulgação de como acessá-las de modo a desfrutar desses serviços. Neste sentido, na última

seção do questionário foram trabalhadas uma série de perguntas que envolvem a percepção social da violência estrutural e sua rejeição ou aceitação conforme diferentes níveis de concordância, a fim de avaliar a influência dos preceitos culturais do patriarcado, da educação e dos valores introjetados na sociedade.

A frase com base no ditado popular brasileiro “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” foi adaptada para “Eu não me meto em briga de casais”, de modo a detectar o grau de concordância com ela. Observa-se que 47% discordaram da frase, 16% concordaram e 37% preferiram não opinar (ou se declararam neutras), indicando a falta de permeabilidade para algumas discussões que influenciam a vida conjugal em nossa atual sociedade.

Pode-se dizer que se meter na vida pessoal de terceiros é uma atitude constrangedora e inadequada, mas em casos de violência doméstica e familiar é necessário se posicionar, até porque é a vida de uma mulher que está correndo risco. Mesmo assim, as 16 % que concordaram com a frase somadas às que não quiseram se manifestar indicam descaso com a vida de outrem e um perigoso flerte com a violência, por parte delas próprias, de seus pares.

O silêncio diante de casos de violência de gênero é uma das principais causas de morte entre as mulheres. Daí a importância da Lei nº 11.340, de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

Outra frase avaliada foi “Na pandemia, as agressões físicas têm se tornado mais frequentes”. Os resultados gerais demonstraram que 50% discordaram desta afirmativa 22%, se posicionaram como neutras e 28% concordaram. Ou seja, entenderam que as agressões aumentaram neste período. Essa concordância foi mais expressiva no setor 4, cujas respostas de 36% foram afirmativas, revelando assim um dado significativo para a Rede de Enfrentamento atuar nessa área.

“Na pandemia, o clima entre pais e filhos em sua casa está mais agressivo” foi uma frase que trouxe um percentual de 25% de respondentes que concordam com ela, o que nos leva a constatar um aumento de agressividades nos lares nesse período. Este é um dado que foi corroborado por outras pesquisas que detectaram que a pandemia trouxe não só ameaças à saúde física, mas também à qualidade de vida cognitiva e emocional dos indivíduos, afetando inclusive as crianças.

Daí a importância de se refletir sobre os efeitos potenciais da covid-19, cujas consequências no dia a dia familiar geraram um aumento de tensão nas relações interpessoais. O registro de crimes envolvendo casais se expandiu no período, criando um cenário que merece atenção, pois ao mesmo tempo que fomos convocados a manter o distanciamento social, a convivência intensa desencadeou episódios de violência doméstica, inclusive por dificuldades financeiras.

Com relação à frase “Antes da pandemia me sentia mais independente com minhas finanças”, 34% das mulheres (nos resultados gerais) concordaram que isso ocorria, especialmente na região 3, em que 40% das respondentes foram atingidas por esse problema, por terem perdido sua renda ou parte dela, visto que os setores mais afetados foram o comércio, o de serviços e de hotelaria compostos, em grande parte, por profissionais mulheres. Cabe destacar que a questão do trabalho também tem efeito social, pois afeta o bem-estar, a produtividade, o desenvolvimento pessoal e a autoestima da vítima.

Quanto ao grau de concordância com a frase “Na pandemia, tenho sido controlada ou vigiada por meu parceiro”, no geral, 7% concordaram, 80% discordaram e 13% não concordaram e nem discordaram. A região 3 foi a que apresentou maior percentual de respondentes (11%), que concordaram com ela.

Outra frase avaliada foi: “Na pandemia, já pensei em me separar, mas tive medo da reação dele”; apenas 7% das respondentes concordam com ela, embora seja um percentual expressivo, especialmente na região 4 que atingiu 12%.

Quanto às violências sofridas, como ameaças e agressões, 5% das respondentes concordaram com a frase “Na pandemia, meu companheiro usou de ameaças e agressões”. E mais especificamente sobre violência sexual, foi perguntado o grau de concordância com a seguinte frase: “Na pandemia fui obrigada a

fazer sexo ou praticar atos sexuais sem vontade”, apesar dela ter obtido a concordância de apenas 4% das respondentes, é possível considerar esse índice também expressivo, visto o nível de violência que esse ato representa.

No que diz respeito à frase “Na pandemia, eu e minha família temos sofrido insultos e ameaças”, no geral, 8% concordaram com essa afirmação, ampliando-se para 11% na região 4.

Em resumo, a partir de uma amostra representativa com 654 respondentes de todas as regiões da cidade de Bauru, variados dados puderam ser observados, alguns já comentados anteriormente. Nota-se que o isolamento social, aliado à precarização dos vínculos de trabalho, ao desemprego, à dupla jornada (trabalho remunerado e não remunerado), exercida em casa e fora dela, podem resultar em mais violências, sobretudo institucionais, pois existe uma injusta sobrecarga no caso das mulheres, que exercem também o papel de cuidadora dos membros da família, das crianças, dos idosos e dos doentes.

Como dito, para cerca de 87% das respondentes a violência aumentou no período de pandemia, fato que foi percebido a partir de suas vivências, contato com outras pessoas e informações que recebem dos meios de comunicação. Por isso, a preocupação e a atenção sobre o tema nesse período, no qual se identificaram, via estatísticas, os problemas de relacionamento que já deviam existir antes da pandemia, mas que o convívio intenso provocado pelo confinamento acelerou os episódios de violência. O tempo de convivência maior fez com que aparecessem questões e divergências, que poderiam estar ocultas e que começaram a surgir com a ampliação dos desconfortos gerados pelo isolamento que, apesar de trazer benefícios para conter o avanço da doença, desencadeou uma série de transtornos mentais na população: depressão, ansiedade, pânico e estresse.

Portanto, comparando-se antes e depois da pandemia – observa-se que alguns tipos de violência, tais como ameaças, xingamentos e até a psicológica aumentaram, incluindo a agressão física dentro da própria residência que subiu 3% na região 2 (Leste e Sudeste); 2% na região 3 (Norte, Nordeste e Noroeste), e 4% na região 4 (Sudoeste e Oeste). O isolamento, o fechamento de escolas, a necessidade de assumir o cuidado de crianças e idosos, o desemprego, as tentativas de conciliar trabalho remoto e ensino em casa, entre outros fatores, acrescentam inúmeras dificuldades vivenciadas, traduzindo-se em maior risco de violência. Vale lembrar que, para 25% das respondentes, o clima se configurou como mais agressivo entre pais e filhos dentro do lar.

Cabe enfatizar, aqui, o valor essencial do apoio social da Rede de Enfrentamento nesse processo de proteção e sua importância, ao ajudar as mulheres a desenvolverem estratégias, seja para a denúncia, para implantar as medidas protetivas ou mesmo para o acolhimento em abrigos que dão assistência às vítimas. Por outro lado, ao se perguntar a quem recorreriam em caso de denúncia, verificou-se que menos de 1% das entrevistadas citaram a Casa da Mulher e o CPM, demonstrando o desconhecimento dos serviços disponibilizados pela Rede de Enfrentamento para elas.

Como demonstrado na pesquisa, a violência atinge pessoas de todas as idades; independentemente do sexo, da raça, religião, escolaridade ou condição social, embora, nas classes menos favorecidas, ela seja mais evidente, devido às condições precárias de sobrevivência. A violência também está presente na vida de todas as pessoas, seja na condição de vítimas ou de agressores, reproduzindo-se nas estruturas sociais em diferentes âmbitos, como o da família, escola, comunidade, do trabalho e das instituições. É um fenômeno socialmente construído por causas socioeconômicas e histórico-culturais que está aliado à pouca visibilidade, à ilegalidade e à impunidade. Para que seja minimizada, é preciso uma ação intersetorial e multidimensional que envolva as instâncias civil, jurídica (leis e garantias de segurança) e pública (Rede de Enfrentamento e políticas públicas).

Essa pesquisa, cujo objetivo foi o levantamento de dados para identificar as questões que envolvem as mulheres em situação de violência é de extrema validade para, com base nos resultados, enfrentar

este fenômeno, que exige uma convergência de medidas, tais como campanhas educativas, comunicação integrada sobre os direitos e serviços, ações de prevenção, segurança, melhoria dos registros ambulatoriais, hospitalares e capacitação de recursos humanos para atendimento, além de gestão de informações que possa empoderar as mulheres para saírem desta situação.

Por isso, foi preciso conhecer um pouco seu perfil, sua identidade, suas percepções sobre o cotidiano, como elas se informam, enfim dados para subsidiar as ações de gestão de informações e comunicação do CPM e da Rede de Atendimento à Mulher. Como qualquer outra organização que atua no mercado, também as instituições e o Estado que oferecem esses serviços precisam conhecer suas usuárias para melhor atendê-las. A informação, portanto, é o insumo básico para a redução de incertezas e pode contribuir de maneira estratégica para esclarecer e conscientizar a população sobre seus direitos (Valentim, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos fenômenos sociais tem demonstrado que não é possível observá-los pela ótica da simples análise, pois os fatos da vida acontecem de maneira desordenada, sendo difícil isolar todas as variáveis envolvidas. Também a violência contra a mulher é um fenômeno complexo que pode estar presente em todos os âmbitos ao longo de seu ciclo de vida, manifestando-se sob diferentes formas. Para Trajano e Barreto (2021, p. 2), a violência acontece quando um sujeito é anulado, ou seja, é convertido em ser passivo e, por isso, “É importante reforçar que a violência não visa à destruição daquele que é considerado hierarquicamente inferior, mas sim a sua submissão”.

Durante séculos, a mulher teve um papel coadjuvante na história, ficando à sombra dos interesses dos homens e suportando, indefesa e em silêncio, vários tipos de violência, na sociedade assim como na família, relacionados à violação de seus direitos. Os dados aferidos na pesquisa de opinião – apesar de terem sido levantados somente entre as mulheres que possuem celular e, portanto, não representarem o universo como um todo –, certamente serão úteis para embasar as diferentes peças publicitárias e de publicitação dos serviços, alinhando-as aos perfis das usuárias e das regiões que compuseram a amostra.

Por exemplo, a violência praticada por um estranho difere de um delito cometido por alguém de convivência da vítima (como marido/companheiro) que, devido à proximidade dos envolvidos, tende a acontecer novamente, num ciclo perverso que, muitas vezes, a impede de sair desse ambiente. Por isso, além de informações de cunho utilitário (leis, garantias, locais de atendimento, formas de prevenção, denúncias etc.), as estratégias precisam contemplar informações que realmente empoderem as mulheres sobre os tipos de violências e as formas de superação da situação, possibilitando a expressão de sentimentos, a socialização de informações e a formação de redes afetivas a partir de parcerias com veículos de comunicação locais, agências, universidades, empresários.

Falta acrescentar que, apesar dos cuidados tomados pelas pesquisadoras, as enquetes feitas via internet nem sempre conseguem uma amostra realmente representativa de uma população. Por exemplo, é maior a probabilidade de pessoas mais abastadas economicamente, de maior escolaridade, com melhor acesso à rede da internet ter respondido à pesquisa do que as que se encontram no outro extremo socioeconômico. Com base nas respostas, também percebeu-se que algumas demandas da Rede de Enfrentamento podem ser sanadas a partir de ações como: realização de eventos para capacitação de seus agentes em relação às formas de aproximação, linguagem a se utilizar, agilidade no atendimento, dentre outras; promoção de ampla comunicação sobre o processo de denúncias *on-line*; divulgação, com linguagem acessível e dirigida a cada perfil de mulher, de todos os serviços oferecidos pela Rede de Enfrentamento em Bauru (programas em escolas, universidades, para mulheres adultas com filhos etc.); ampliação de programas de ressocialização já existentes para homens agressores nas instâncias pertinentes, dentre outras ações.

E, na tarefa árdua de abrir caminhos, circunstâncias e direções para colaborar com a Rede de Enfrentamento à violência, essa pesquisa de opinião traz dados significativos para desenvolver os pontos fortes dos atendimentos, adequando-os às prioridades e sugestões da comunidade. Acredita-se que, especialmente os cruzamentos dos dados por regiões possam orientar estratégias para lidar com os desafios e as rupturas dessa problemática a médio e longo prazo. A pesquisa apresentada é voltada para estabelecer um papel de ação mediada, seus resultados fornecem informações para a Rede e seus agentes que deverão ser disseminadas para os públicos que esta atende. A perspectiva da mediação se traduz em estar entre as mulheres e os órgãos que atuam em seu nome, de modo a facilitar essa relação e, ao intermediá-la, sugerir algo, sem agir pela pessoa ou lhe impor alguma coisa (Bicheri, 2008).

Quanto ao tema específico da violência contra a mulher, como já abordado, essa é uma questão que, durante a pandemia da covid-19, mostrou que os dados de registros não se encaixam, que a violência oculta é escancarada e permeia o cotidiano social, testando a sociedade de maneiras inimagináveis, gerando choques emocionais e econômicos.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Ligia Maria Fonseca *et al.* **Gestão de informações no setor público**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BAURU. Violência doméstica avança silenciosa na pandemia. **Prefeitura de Bauru**, São Paulo, 26 maio 2020. Educação. Disponível em: <https://www2.bauru.sp.gov.br/materia.aspx?n=36927>. Acesso em: 12 set. 2021.

BEVILACQUA, Paula Dias. Mulheres, violência e pandemia de novo coronavírus. **Agência Fiocruz de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2020. Opinião. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/mulheres-violencia-e-pandemia-de-novo-coronavirus>. Acesso em: 2 set. 2021.

BICHERI, Ana Lúcia Antunes de Oliveira. **A mediação do bibliotecário na pesquisa escolar face a crescente virtualização da informação**. 2008. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93713>. Acesso em: 11 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 17 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm. Acesso em: 17 set. 2021.

CERQUEIRA, Daniel; DE MOURA, Rodrigo Leandro; IZUMINO, Wânia Pasinato. **Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/84/participacao-no-mercado-de-trabalho-e-violencia-domestica-contra-as-mulheres-no-brasil>. Acesso em: 11 ago. 2023.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Information ecology: mastering the information and knowledge environment**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. 3. ed. [São Paulo]: FBSP, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bauru**. [Rio de Janeiro]: IBGE, c2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/bauru/panorama>. Acesso em: 7 set. 2021.

MACHADO, Katia. Marcas que não se apagam, pois que matam. **Revista POLI: saúde, educação e trabalho**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 62, p. 6-13, 2019. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poli62.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

NAVARRO, Thiago. Mulheres vítimas de violência já podem pedir ajuda em farmácias. **Jornal da Cidade**, São Paulo, 12 jul. 2020. Política. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/politica/2020/07/728816-mulheres-vitimas-de-violencia-ja-podem-pedir-ajuda-em-farmacias.html>. Acesso em: 10 ago. 2020.

OLIVEIRA, Aline Lourenço de; ONUMA, Fernanda. O “paradoxo da pandemia” no registro de caso de violência doméstica contra mulheres nas quatro cidades mais populosas do sul de Minas Gerais. **Universidade Federal de Alfenas**, Minas Gerais, 5 jun. 2020. Atualidades. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/2020/06/05/o-paradoxo-da-pandemia-no-registro-de-casos-de-violencia-domestica-contra-mulheres-nas-quatro-cidades-mais-populosas-do-sul-de-minas-gerais/>. Acesso em: 11 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conheça os novos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. **Nações Unidas**, Brasil, 25 set. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/70856-conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu>. Acesso em: 9 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. **Opas**, Washington, D.C., 9 mar. 2021. Notícias. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>. Acesso em: 15 set. 2021.

SÃO PAULO (Estado). **Plano São Paulo**. [São Paulo]: Governo do Estado, 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/PlanoSP-apresentacao.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2020.

SILVA, Cristiane Aparecida Carlos da. Conselho Municipal de Política para Mulheres: protagonismo no fortalecimento da rede de proteção à mulher no município de Bauru. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2019. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1780/1742>. Acesso em: 13 set. 2021.

SOUZA, Maria de Fátima Marinho de. Dos dados à política: a importância da informação em saúde. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 5-6, 2008. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742008000100001. Acesso em: 9 ago. 2023

TONDATO, Marcia Perencin. A pesquisa em relações públicas e a pesquisa sobre relações públicas. **Estudos de Jornalismo e Relações Públicas**, São Bernardo do Campo, v. 9, p. 67-76, 2007.

TRAJANO, Amanda Reis; BARRETO, Edna Abreu. Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 25, p. 1-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.200689>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/PDnDR5XtNdJy47fkKRW6qcw/?lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2023.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Informação e conhecimento em organizações complexas. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Gestão da informação e do conhecimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 11-25.